

PEDRO PEREIRA LEITE

O compromisso no Processo Museológico

Seminário de Investigação em Sociomuseologia

UNIVERSIDA LUSOFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA

DOUTRAMENTO EM MUSEOLOGIA

Lisboa,
Maio 2010

O Compromisso no Processo Museológico

Pedro Pereira Leite¹

RESUMO

O artigo reflecte sobre a operacionalização metodológica das propostas de conscientização desenvolvidas por Paulo Freire aplicadas à museologia. Procuramos fundamentar a utilização da metodologia através a apresentação dum Estudo de Caso com a participação da comunidade, desenvolvido no âmbito duma investigação num processo museológico para a Ilha de Moçambique. A conceptualização da museologia como uma ciência de investigação-acção, que opera na relação do ser humano com os seus objectos mnemónicos orienta a nossa reflexão. Abordaremos sucessivamente, a memória social como campo de pesquisa da museologia; a teoria da acção como proposta na sociomuseologia e a operacionalidade da metodologia da conscientização como processo indutor da acção, de inovação e partilha de conhecimento no processo de conhecimento museológico. Descrevemos as condições da aplicação da metodologia e avaliamos os seus resultados. Concluimos com uma proposta de aplicação da museologia crítica de libertação e com a explicitação do compromisso museológico como um dos elementos distintivos no processo sociomuseológico.

ABSTRACT

This article is a museological come up to the “awareness theory” of the brazilian master Paulo Freire. We look to the methodological operation based in a Case Study developed in the Mozambique Island on the scope of an museological process based in a community participation. Our theoretical approach is based in qualitative methods. We assume museology as a science of practical research that operates the relation between the human being with its mnemonic objects. So we will approach successively, the social memory as a conceptual field; the theory of Praxis as a proposal in sociomuseology, and the operation with the “awareness” methodology as inductive inquiry. We show how the operation can bring innovation in the museological process, increase community participation, and help to share knowledge. We describe the methodology application conditions and we evaluate its results. Finally, we conclude with a proposal of a “museological commitment” as distinctive practice in the sociomuseological process

Palavras-Chave:

Processo Museológico, Compromisso, Conscientização, Imaginação Museal, Museologia Solidária

1. Proposição

Ao viajarmos, ao deslocarmos os olhares para além dos objectos do quotidiano, encontramos nas diferenças, nas cores, nos cheiros, nas formas, nos sabores e nos sentidos desconhecidos, um irresistível apelo à reconstrução dos nossos mapas mnemónicos. “A viagem como elemento catalisador dos processos museológicos”ⁱ tem constituído, para a museologia, uma das formas de criação da **imaginação museal**ⁱⁱ. A reconstrução dos mapas mnemónicos abre espaço à descoberta das diferenças, à revelação dos outros, operação que se tem vindo a constituir-se como um campo da investigação no processo conhecimento museológicoⁱⁱⁱ. A viagem do olhar é um desafio assumido pela sociomuseologia que emergiu da sua necessidade de centrar os processos museológicos na comunidade e de neles incorporar a acção.

A Mesa Redonda Santiago do Chile (Maio de 1972), documento fundador da proposta dos princípios do “Museu Integral”^{iv}, documento esse que é completado pela “Declaração de Québec”(1984), “Os princípios Base de uma Nova Museologia”^v, são uma proposta de viagem da museologia para se reencontrar com a consciência dos sentidos dos tempos. Ao colocar o museu no centro das vivências da comunidade e dos ritmos de transformação do mundo, a museologia desloca os seus processos para o âmbito da construção da modernidade. Esta deslocação implicou a mobilização dos princípios da investigação-acção para a construção de processos museológicos e a emergência de novos diálogos entre os objectos socialmente qualificados e os poderes sociais.

A deslocação de reflexão museológica do objecto para a comunidade é também um processo de democratização dos processos e das instituições museais. Esta “nova museologia” que se conscientiza com base nas comunidades necessita de utilizar novos processos museológicos e novas ferramentas museológicas. Os próprios signatários da Declaração de Québec salientaram essa necessidade, quando constatarem que a museologia exigia a interdisciplinaridade como princípio e como metodologia. A museologia constituiu-se a partir daqui como um poderoso instrumento para o desenvolvimento das comunidades, indutor de processos de libertação em espaços submetidos a intensos processos de dominação. E esse é um processo que rapidamente se torna global.

No plano dos princípios e dos seus fundamentos a sociomuseologia não oferece hoje grande contestação entre os profissionais. Na comunidade museológica todos estamos de acordo que os museus devem ter uma função social e que devem estar ao serviço da comunidade. Mas é também verdade, que ao fim de

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Doutorando em Museologia.

quase quarenta anos a sua aplicação nos países do centro tem sido lenta. Para além da aceitação dos princípios, as práticas de incorporação da participação da comunidade constituem-se, muitas vezes, mais como uma retórica do que uma prática centrada no desenvolvimento dos seres humanos e das suas comunidades. Isso não obsta a um crescimento dos exemplos e das diversidades das práticas museológicas centradas na comunidade, que dão origem a processos museológicos inovadores. E não deixa de ser curioso que esses movimentos tenham uma forte incidência nos países do Sul.

Vamos procurar contribuir para essa problemática através duma reflexão da nossa experiência de campo na investigação desenvolvida na Ilha de Moçambique, em 2009 e que constitui um campo essencial da nossa investigação para o doutoramento em museologia. A analisar os resultados preliminares da metodologia utilizada, como ferramenta para identificar e classificar as memórias sociais na comunidade – a análise de conteúdo de entrevistas aos líderes da comunidade, e ao confrontar esses dados com a nossa problemática: “como se explica a singularidade da Ilha de Moçambique”, encontramos problemas na sua validação. Basicamente o problema decorria da desconformidade do discurso dos “representantes” seleccionados com a percepção das memórias vividas. Essa situação obrigou-nos a questionar as ferramentas metodológicas. Identificamos então a necessidade de alargar a análise das memórias sociais de forma a incorporar um universo mais lato da comunidade.

A necessidade avaliar os espaços de desconformidade nas narrativas mnemónicas e a necessidade de incorporar uma maior participação conduziu-nos à objectivação das nossas percepções e a uma revisão da metodologia de investigação. No decorrer do processo de investigação tomamos a consciência que centrar a construção dum processo museológico na participação da comunidade implica um diálogo constante entre investigação e a aplicação das ferramentas metodológicas. Uma aplicação que deve adequar-se ao envolvimento e à participação dessa comunidade como actores privilegiados. As ferramentas metodológicas devem ser construídas em conjunto com a comunidade sem intermediação de representantes pré-seleccionados. Este artigo analisa, a partir dos resultados da investigação-acção, uma proposta de aplicação metodológica num processo sociomuseológico.

2. A memória social como campo do conhecimento na museologia

A nossa metodologia no trabalho de campo tem como objectivo identificar os *mercadores de memória*, que na proposta de Cristina Bruno se constituem como um dos fundamentos do “*processo museológico*”.^{vi} Os marcadores de memória assumem-se como objectos de conhecimento, que resultam dum processo de escolhas dos indivíduos, da sua percepção e observação de objectos simbólicos, sobre os quais se exerce uma acção intencional de preservação e conservação. Dos elementos resultantes do estudo dos marcadores de memória e dos seus mecanismos de comunicação (processo de comunicação) encontra-se o fundamento do processo museológico. Na proposta metodológica de Cristina Bruno, a museologia opera com a (a) *identificação da musealidade*, que se constitui pela observação e a percepção dos objectos; de seguida; (b) o “*aprimoramento da percepção selectiva*”, um exercício do olhar para identificação de significados; (c) com o “*tratamento dos bens seleccionados*” através do uso qualificado das referências culturais; (d) “*a valorização dos bens patrimoniais*” o que permite construir uma herança cultural; culminando finalmente, (e) “*interpretação e difusão dos bens seleccionados*”, ou seja a divulgação e contextualização sócio cultural.

Nestes cinco passos da cadeia operatória, o diálogo entre os quatro campos (ou funções) essenciais da acção museológica são constantes. Estes campos da acção são: (1) a Observação/Percepção selectiva (*escolha*); (2) O Tratamento (*conservação, restauro*) dos bens; (3) A sua Valorização (*Estudo, investigação*) e (4) a Exposição e Comunicação (*museografia/encenação*). As funções museológicas articulam-se, a cada momento, com a cadeia operatória. O modo e a qualidade do funcionamento da cadeia operatória estão no cerne do processo museológico e é ela que atribui consistência e especificidade metodológica à sua epistemologia.

Os *marcadores de memória* são então, nesta proposta, os elementos a partir dos quais se constrói qualquer processo museológico, e como tal são um objecto de conhecimento. Eles existem independentemente do sujeito (que observa) e caracterizam-se por conterem um conjunto de traços que contém as características essenciais duma comunidade. São um conjunto de informação armazenada individualmente pelos membros duma comunidade, e que são mobilizados para a acção de forma partilhada pelos membros dum grupo, em função dos contextos dessa mesma acção. A memória, nesta perspectiva é um fenómeno social. A memória social, tal como a individual medeia a significação do mundo exterior em função dos contextos das necessidades (estímulos) de acção. Cada membro da comunidade dispõe de memórias individuais, que resultam das experiências vividas e de memórias colectivas, que resultam das experiências do grupo, e que são incorporadas através de narrativas. As experiências sociais são partilhadas com os outros em função dos contextos temporais e situacionais. E são estas memórias sociais que podem ser elementos catalisadores de respostas a estímulos exteriores. São elementos potencialmente geradores de acção.

Ao assumirmos a objectivação da memória social como um fenómeno do conhecimento, que pode ser investigado nas suas múltiplas formas – simbólicas, comportamentais, filosóficas – estamos a salientar as suas funções de produção de significação do mundo exterior, como orientadoras de acção. E é nessa dimensão geradora de acção que procuramos inscrever a nossa análise museológica. Ao centrarmos a investigação da memória social na produção dos marcadores de memória, ao assumirmos que essa informação pode ser mapeada por instrumentos metodológicos no âmbito dum processo museológico podemos então incorporar esse mapeamento como uma componente do próprio processo museológico. A acção museológica ao mapear os marcadores de memória, ao torna-los componentes essenciais dos processos museológicos, incorpora-se igualmente na acção das comunidades que as produzem. O processo museológico torna-se uma componente da própria comunidade, ou se quisermos uma forma de consciência dessa própria comunidade, onde a partir da reflexão sobre si própria e ao aumentar o grau de conhecimento sobre si própria se gera um inter influência entre a memória social que transporta e a prospectiva do futuro que deseja. Aí reside a necessidade da museologia reflectir sobre este conceito que lhe permite balancear entre os tempo e os espaços das comunidades.

A operação sobre os marcadores de memória como referentes da comunidade implica o reconhecimento dos objectos simbólicos. O reconhecimento dos objectos cujo significado transcendem a sua materialidade. Um objecto mnemónico, contem em si para além da sua forma um conteúdo, onde o dialogo entre o passado e o presente estão presentes. Um marcador de memória é um referencial orientador no espaço e no tempo da comunidade. Corresponde a uma cristalização da informação que é susceptível de orientar acção. A conformidade das informações e a sua adequação na partilha com outros sujeitos confere-lhe uma configuração rizomática^{vii}. O que é armazenado como informação não é a totalidade cronológica da acção, mas os conteúdos informacionais essenciais para compreensão da acção e sua mobilização como resposta a estímulos exteriores. Esses conteúdos estão em constante adaptação em função da sua conformidade.

O processo museológico como acção é também o espaço e o tempo onde se produz a museologia. A acção sociomuseologica é essencialmente um processo dialógico entre a investigação sobre os marcadores de memória e a comunidade produtora desses marcadores. Nesta perspectiva o processo museológico pode ser relacionado como um diálogo entre a produção e o consumo dos marcadores de memória. Um dialogo em que a leitura do passado se reconstrói no presente, um diálogo onde a sincronia se funde com a diacronia, podendo-se recriar outros mapas orientadores para a comunidade. E é nessa abertura à inovação que a museologia pode contribuir como elemento catalisador de outras visões e outros saberes sobre o mundo. Esta “materialização” no espaço e no tempo determinam que cada processo museológico é único e irreproduzível, e que se encontra em constante mutação e adaptação. Por essa razão o carácter da museologia, como campo de conhecimento, não só se assume como uma ciência transdisciplinar, como a sua implicação com a acção (como prática social) é vital para o desenvolvimento dos processos museológicos. Sem a participação da comunidade na decisão sobre o processo museológico, esse processo desliga-se da realidade da condição humana e a sua viabilidade fica dependente das forças políticas hegemónicas^{viii}.

A museologia, enquanto campo do conhecimento, assume a componente de *acção* sobre o mundo como uma condição da sua especificidade. Essa prática social é uma componente essencial da sua função na comunidade. A partir dessa prática, a participação da comunidade nos processos museológicos assume-se como um processo de construção de compromissos entre o conhecimento e a comunidade. Negociar a produção de conhecimentos é um novo paradigma epistemológico^{ix}. E assumir a diversidade das epistemologias, das técnicas e dos saberes imprime uma permanente reflexão sobre o diálogo da museologia com a comunidade. Já não se trata apenas de assegurar a democratização da ciência, segundo o paradigma de relações hierárquicas, onde o cientista devolve conhecimento à comunidade. É um novo paradigma onde a democratização é uma partilha e um enriquecimento mútuos, porque parte duma vontade contextual de conhecimento num “universo epistémico potencialmente infinito”. E essa vontade de conhecimento insere-se numa constelação de conhecimentos, rejeitando o “conhecimento puro” (SANTOS, 1987).

A museologia, no âmbito do processo científico, ao invés de buscar a constância expressa através das regularidades, opera sobre campos de probabilidades onde o acaso regula a dinâmica operativa. E essa consciência é importante para compreender que os marcadores de memória não são objectos estáticos. São formas duma consciência dinâmica, fruto da adaptação e partilha da comunidade com os seus objectos simbólicos e potencialmente geradores de acção.

3. Os Marcadores de memórias e sua conceptualização

Quando investigamos os marcadores de memória, que tipos de objectos simbólicos podemos analisar? Essa foi a questão que se nos colocou quando nos debruçamos sobre os modos e as formas de “descoberta” da comunidade. As comunidades e as suas memórias sociais expressam as tensões geradas pelos processos da relação social entre os membros da comunidade na sua disputa pelo controlo dos

recursos disponíveis. A museologia inscreve-se no centro desta relação entre a memória/esquecimento com o poder (hegemonia) / resistência. Os objectos simbólicos duma comunidade exprimem as tensões dessas. Ainda que possam ser analisados por algumas das suas dimensões, como por exemplo a sua estética, eles transportam essa dimensão representativa das tensões sociais. O que é lembrado é o resultado de processos de relações desenvolvidas na sociedade. Mas, como verificamos, a memória social é a rememoração do que é socialmente significativo. A renumeração é a expressão duma leitura dos significados actuais do passado duma comunidade. A análise das memórias sociais é, sobretudo, uma leitura do quadro de referências dum presente dessa comunidade. Ora como quadro de referência da comunidade podemos construir para a sua análise um “*mapa conceptual*”.

O Mapa conceptual é uma proposta organização dos conceitos, desenvolvida pela psicologia social, segundo os seguintes passos: 1. Identificação dos conceitos; 2. organização hierárquica dos mais gerais para os mais específicos; 3. identificação das linhas das relações entre conceitos, 4. Identificação da natureza da relação. Estes elementos permitem uma representação bidimensional (mapa), que constituindo uma representação possível das relações e orienta a sistematização a síntese. A questão crucial do mapa conceptual é a objectivação semântica dos conceitos. Como verificamos a memória social pode ser considerada como um **campo semântico**^x.

Por exemplo o campo das identidades sociais incorpora a valorização do eu por oposição dos outros. A representação deste conceito num mapa conceptual será feita pelos sintagmas nominais (que se constitui como marcador de memória) que expressam a intensidade do valor de pertença ao eu por oposição à intensidade de pertença ao outro. Neste eixo existe sempre um espaço de equilíbrio de intensidade de forças. Esse espaço neutro é um campo de significado neutro não valorizado pelo eu. Se procurarmos a representação do valor do eu, temos uma elevada probabilidade de encontrar representações sociais dos elementos com uma intensidade forte e uma elevada probabilidade de não encontrar representações dos elementos com uma fraca intensidade de implicação identitária. Essa intensidade traduz a maior ou menor consciência da pertença. Mas, para além da pertença, há ainda um outro campo de não pertença, onde em teoria não existe representação, até ao momento em que nos confrontamos com ele. É portanto necessário não esquecer que a pertença é uma construção social, como tal transitória em função dessa ambivalência entre a lembrança e o esquecimento, no sei da qual a Memória Social é construída como expressão relação de poder entre o significado simbólico e a expressão hegemónica das memórias. E é também necessário não esquecer que essa análise não é neutra e que o objectivo da investigação não é construir os mapas em mas sim de criar ferramentas que ajudem a tomar uma consciência do real como fundamento da acção.

Assim, partindo da premissa, de que a construção dos mapas conceptuais de comunidades de memória correspondem formas de representação da organização social; os marcadores de memórias constituem portas de entrada para a construção dos mapas conceptuais dos indivíduos e das suas formas de partilha com grupo. A conceptualização das portas de entrada para a memória social comunidade, ou das fontes de colecta de informação constituem-se como ferramentas vitais para a validação dos resultados, ao mesmo tempo que constituem propostas de trabalho sobre as quais o processo museológico poderá continuar a desenvolver a sua cadeia operatória.

A partir da identificação dos marcadores de memória poderíamos prosseguir, no âmbito do processo museológico para a utilização de outras ferramentas que se podem orientar, por exemplo, para as seguintes questões:

- a) O que é e como os indivíduos se recordam (lembrança/esquecimento)
- b) Como é que os indivíduos se envolvem com os objectos de que se lembram
- c) Como é que os indivíduos se apropriam dos objectos (mnemónicos) e os reconstróem
- d) O que é medeia a representação dos objectos mnemónicos.^{xi}

Concluindo, segundo Cristina Bruno (BRUNO,2004) a museologia trabalha com base na convicção de que a coesão duma comunidade se expressa através dos seus processos mnemónicos. A construção das suas identidades sociais é uma expressão de campos de valores. A memória social (através dos seus valores) estrutura a comunidade e permite desenvolver no seu interior os mecanismos de adaptação do grupo ao mundo e através do favorecimento dos processos de viabilização/reprodução do grupo. Ao mesmo tempo, o grupo tende a eliminar os elementos mnemónicos que se revelam desajustados à viabilização do grupo. Os marcadores de memória revelam-se elementos pertinentes para uma investigação museológica.

4. A sociomuseologia e os processos de investigação acção

Temos vindo ao longo do pontos anteriores a acentuar a dimensão da participação da comunidade nos processos museológicos. Como já afirmamos, a museologia diferencia-se das demais ciências pelo campo onde se exerce. A museologia social é uma disciplina prática. O seu conhecimento não é construído para se radicar na academia. É um conhecimento que é produzido em função duma comunidade. Por isso temos vindo a falar da sociomuseologia como um campo de investigação-acção.

Os fundamentos da acção museológica centram-se nas memórias sociais, nos objectos e heranças patrimoniais, nos territórios. Reflete sobre eles para transformar. O objectivo deste nosso trabalho não é efectuar uma investigação teórica sobre as memórias sociais, mas sim como procurar explicar como é que as memórias sociais podem ser mobilizadas para a construção dum processo museológico.

Nas abordagens sobre a memória social, tal como nas representações sociais, nas dinâmicas de grupos, nos fenómenos de comunicação, a questão das relações de poder estão sempre presente. A ciência social actual analisa essas tensões ou as suas relações antinómicas, na busca dos seus sentidos socialmente significativos. Não há uma neutralidade na ciência, como não há uma neutralidade na vida social. A competitividade, a negociação, os compromissos, em maior ou menor escala ou intensidade estão presentes. Essa é também uma ferramenta de trabalho do museólogo. Nesse aspecto, como tem salientado Boaventura Sousa Santos a ciência no passado e no presente não é neutra^{xii}. Nas sociedades contemporâneas, questiona-se a “instrumentalização” hegemónica do saber construído pela ciência eurocêntrica. As comunidades e os grupos fundados nos princípios humanistas da liberdade, igualdade e fraternidade, olham para a ciência como um instrumento de solidariedade. A museologia, e em particular a sociomuseologia não pode portanto ser um instrumento de dominação de um grupo social sobre outro, mas sim um instrumento de criação de liberdade, de igualdade e de solidariedade, ou em termos mais contemporâneos - de cidadania de participação.

Quer isto dizer, que se as trocas tiveram por base o critério da desigualdade, verificam-se relações de dominação de indivíduos, grupos ou comunidades sobre outros. Se as trocas tiverem por base o princípio da liberdade, da igualdade e da solidariedade, as relações entre indivíduos, grupos e comunidade tornam-se negociadas, concertadas. E essa concertação, essa negociação implica um diálogo consciente que se concretiza no processo de participação. O princípio é a obtenção do máximo benefício para todos os membros do grupo, com o menor sacrifícios de cada membro do grupo e dos recursos disponíveis. Uma estratégia de optimização das trocas, que não elimina as tensões mas favorece a equilibração da distribuição dos recursos.

Para desenvolver os seus instrumentos de trabalho a museologia necessita de construir processos de envolvimento da comunidade e avaliar a “estratégias dos actores” como componente essencial do processo social. Para a avaliação destas estratégias dos actores socorremo-nos das metodologias da análise estratégica^{xiii}. Esta metodologia tem por base o conceito de que as acções dos agentes são dotados de racionalidade, isto é são possíveis de entender num quadro lógico de maximização dos recursos e dos benefícios.

A questão da racionalidade da acção e das imagens do mundo foi inicialmente apresentada por Max Weber (WEBER, 1996) como um processo eminentemente ocidental. A "conduta metódica de vida" adoptada conscientemente pela maioria dos membros duma comunidade é duplamente condicionada pela sua racionalidade. Por um lado pela operação cognitiva, que estabelece em relação aos fins da acção; e pela moral ou ética em relação a certos valores. No seu livro sobre a “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” apresenta a sua tese de como a acumulação primitiva do capital nos países do norte da Europa, gerou o capitalismo. Isso foi possível pela formulação duma noção de um campo de acção dos indivíduos, balizado pelos fins e limitado pelos valores. Essa noção, criada pela ética protestante, permitiu isolar o indivíduo como construtor duma acção socialmente valorizada. A ausência dessa ética, como sucedeu na tese do autor na ética católica, que não valorizava a acção individual na construção do social, impede a sua ocorrência do capitalismo nos países da bacia do mediterrâneo, e de outras zonas do planeta, que conheciam os processos de acumulação de capital, mas não dispunham dum aparelho ético que limitasse a acção.

Ora esta noção, dum campo de acção balizado pelos fins e limitado pelos valores, aplicado às acções dos indivíduos deu origem a várias análises dos contextos sociais da acção dos indivíduos. As teses de Pierre Bordieu (BORDIEU, 2001), por exemplo, propõem a análise do campo de acção, concebido como um espaço social. Esta noção é representada pela relação entre as condições do contexto de situação da acção e pelas condições de posicionamento dos membros da sociedade. Esta relação cria no indivíduo e no conjunto de membros duma comunidade um conjunto de disposições (ou regras) duráveis e transmissíveis, que constituem o princípio gerador e organizador de práticas e de representações que podem ser praticadas pelo actor.

Esta ideia gerou a noção de “capital social” definido como o conjunto de poderes sociais fundamentais e que podem incidir sobre diversas esferas de riqueza ou diversos géneros de recursos: - recursos económicos ("capital económico"), recursos informacionais ("capital cultural"), recursos sociais ("capital

social") e recursos simbólicos ("capital simbólico"). Ora nesta perspectiva a acção é duplamente estruturado pelo contexto de situação da acção (o espaço social) e pelo princípio gerador e organizador de práticas e representações" (as práticas ou *habitus*), cujo processo é fortemente condicionado pelos diversos "poderes sociais fundamentais" (capitais), aos quais os agentes vão tendo acesso e dos quais vão podendo dispor neste processo de estruturação da vida social.

Jürgen Habermas (HABERMAS, 1987), por seu lado, vai aprofundar a noção do Espaço Social analisando a experiência dos indivíduos, como uma das componentes essenciais da construção da sua racionalidade, e como tal como um dos factores explicativos das suas práticas sociais. A experiência vivida é comunicada aos outros de forma permanente introduzindo ainda a ideia de "racionalidade comunicacional". E neste campo de interacção comunicacional os actos linguísticos são expressões da racionalidade. Assim os actores, através da sua expressão, apresentam-se sempre como resultados das respectivas orientações: - acções (estratégicas) orientadas para o sucesso; e acções (comunicativas) orientadas para a sua relação com os outros.

Segundo Habermas é nas situações comunicacionais que os indivíduos estabelecem os seus objectivos de acção individuais. Esses objectivos individuais são no entanto permanentemente concertados com os outros indivíduos, agindo cada um de acordo com o espaço de influência que consegue ocupar. As situações comunicacionais são assim espaços onde se geram compromissos para a acção. Assim a compreensão do espaço para as acções dependem das características do contexto de situação dessa mesma acção, da posição social do interlocutor, do saber implícito de retaguarda incorporado no *habitus* (do agente ou da classe de agentes) e, das orientações em que a acção assenta; por outro lado, a compreensão da acção depende ainda das características do processo de negociação/interacção, mais ou menos comunicacional, mais ou menos estratégico, bem como dos actos de linguagem que mediatizam as referidas interacções.

A questão da acção social dos actores inscreve-se assim no âmbito das questões da complexidade da ciência social contemporânea. Mais do que procurar explicar as regularidades, as leis do comportamento humano, importa à ciência compreender os sentidos da acção social. Com esse novo enfoque, no sentido do entendimento^{xiv}, o objecto de análise desloca-se das instituições (que são também construções sociais), para os sentidos das acções dessas instituições, com base que os seus agentes, ainda que limitados pelas funções que exercem em função da missão organizacional, agem em função duma interpretação dessa missão conjugada como os objectivos pessoais e de grupo.

O objecto de análise também se desloca do processo investigador/metodologia, para a acção dos actores como protagonistas. Este último deslocamento reconhece a importância das redes sociais como geradores de acção. E essa energia, gerada pela aceleração da comunicação intergrupal, implica a impossibilidade de isolar, no tempo e no espaço, as dinâmicas sociais, e por consequência, o esforço de investigação e pesquisa, que por impossibilidade teórica, não pode analisar a totalidade do fenómeno; e mesmo que o investigador tenha consciência dessa limitação, a descrição do objecto estudado, também ela, no momento da produção do relatório, já se encontra ultrapassada pela própria dinâmica social.

Não significa com isso que não seja possível, à ciência social, no âmbito duma problemática, analisar qualquer objecto de investigação. A questão centra-se essencialmente na necessidade das metodologias serem ajustáveis ao objecto de investigação e às problemáticas. E, no interior destas novas problemáticas sociais, a questão da mudança social, quando opção de investigação como o é para a sociomuseologia, implica uma vontade de observação dos processos de transformação, das acções dos actores tendo em conta o cenário de constrangimentos e o campo de possibilidades da acção.

Não é um campo de análise isento de riscos, como o é todo o processo da ciência social. A dinâmica do social, como um todo, transcende a capacidade de construção dos sentidos dos seus agentes. As lógicas do global e do local fundem-se em qualquer acção, limitando-a ao mesmo tempo que lhe induzem elementos de transformação. E a observação desses fenómenos é sempre limitada ao aparelho conceptual.

Em sínteses, na actualidade a Análise da Estratégia de Actores é um procedimento metodológico, que tendo por base a ideia da racionalidade dos actores e dos limites do contexto, permite posicionar um conjunto de pessoas e perspectivas em relação a um dado problema da acção. A utilização destas metodologias permite identificar pessoas e grupos envolvidos em processos de participação e as estratégias em jogo. É um ponto de partida, mas constitui igualmente uma ferramenta da acção quando se pretende desenvolver projectos participativos.

A sua aplicação duma estratégia de actores implica a selecção dos objectivos da análise, a selecção do grupo (indivíduos ou organizações) de análise. A nossa reformulação metodológica, operada no terreno, resultou da necessidade de ajustamento aos jogos dos actores. Com efeito, a percepção da desconformidade revelou a necessidade de verificar composição do grupo de estudo seleccionado e impõe uma reorientação da investigação. A metodologia de investigação-acção, enquanto metodologia indutiva, implica um diálogo constante entre a formulação teórica, as ferramentas utilizadas e os resultados obtidos em função dos objectivos de investigação (e limitada pelos valores). E isto também

responde a uma crítica que tem sido levantada em relação à prática da investigação social, que é o de ela apresentar respostas para problemas que são construídos fora das dinâmicas sociais, resultando por isso mais no ajustamento da realidade aos objectivos dos sujeitos. A museologia social não pode desenvolver os seus processos com problemáticas construídas fora dos contextos sociais. A problemática museológica tem que ser construída no interior do próprio processo como resultado da interacção do museólogo com a comunidade. O nosso erro aí foi o de, através das leituras prévias termos seleccionado um conjunto de actores, que embora representativos de um espaço social, não incluíam aqueles que não tinham voz activa no âmbito dos processos de representação “politicamente relevantes”. A consciência da necessidade de escutar a voz silenciada desses actores é que permitiu corrigir a direcção da investigação.

Modos de compromisso da mediação

5. A consciencialização como Método

A necessidade de corrigir o nosso trabalho metodológico obrigou-nos a procurar alternativas adequadas ao desenvolvimento dum processo museológico, concebido como uma investigação-acção. As metodologias de projecto participativo^{xv} implicam, num momento preliminar, a execução de um diagnóstico prospectivo^{xvi} do objecto de análise. No final desse momento deverão estar especificados os objectivos (assumindo-se que os objectivos gerais são os que determinaram a elaboração do projecto) e as estratégias gerais. Desse modo o diagnóstico não é apenas um desenho ou retrato duma realidade, mas é também ele próprio um elemento da acção que se pretende gerar. Ele é construído sobre os problemas encontrados numa perspectiva de resolução. No fundo é a construção da problemática do projecto, onde o ponto de partida é confrontado com o ponto de chegada desejado. É também o momento onde se avalia as vias possíveis de percorrer e as resistências a enfrentar. Esse momento reflexivo é um momento crucial para o desenho do projecto em si mesmo. É aí que se desenha as opções gerais, os caminhos a tomar, as acções a empreender, bem como o modo de gestão do projecto e suas formas de avaliação. A partir do desenho do projecto segue-se a sua execução, momento em que se iniciam as acções previstas, e dependendo da sua estratégia de gestão, se geram reformulações ou adaptações em função das avaliações efectuadas. O facto de o projecto ser participativo implica que em todos os momentos da elaboração desse projecto, do diagnóstico à sua execução, ele seja participado pelos destinatários desse projecto. Implica igualmente a sua sujeição a processos de avaliação permanente.

A questão da metodologia de participação também pode ser considerada como um elemento de desenho do projecto. Grosso modo a participação pode ser concebidas entre um extremo de consulta (que expressa o exercício dum poder) e a partilha da decisão ou partenariado (que expressa o envolvimento e a co-responsabilização visando a criação de compromissos). Neste último caso, o exercício do *compromisso*, expressa a negociação permanente entre os actores do projecto, entre técnicos e destinatários das acções, com vista a estabelecer objectivos comuns

Ora assumir esta metodologia como *elemento estruturante* no âmbito do nosso doutoramento comporta algumas incompatibilidades, na forma e no tempo. A produção duma Tese de Doutoramento é, ainda, um exercício individual. A utilização de metodologias projecto participativas implicaria a concertação e a negociação permanente com a comunidade. Assim, no âmbito desta dissertação, por razões éticas teremos que isolar o que é o nosso esforço individual e o que foi o resultado da participação da comunidade. Também o tempo da academia, não é compatível com o tempo do processo. Desta forma, assumimos igualmente que a metodologia de projecto, nesta tese vai ser utilizada de forma incompleta. Ou seja, a metodologia de projecto vai ser usada essencialmente na sua dinâmica de diagnóstico prospectivo e na formulação das estratégias.

Para efectuar o diagnóstico prospectivo das memórias sociais da ilha de Moçambique, expressas na sua pluralidade, escolhemos as metodologias qualitativas. Há uma longa tradição de utilização de metodologias qualitativas no âmbito das ciências sociais. No caso do processo museológico, concebido como um projecto de investigação-acção, implicando a participação da população, estamos perante um processo onde o investigador, (o sociomuseólogo) e os investigados (a comunidade) estão envolvidos num projecto de acção comum. O objecto de investigação é por isso constantemente manipulado pelos sujeitos. Estamos perante uma impossibilidade de separação entre o sujeito e o objecto.

Sobre esta questão Durkheim nas “Regras do Método Sociológico^{xvii}” afirma que é possível encontrar regularidades e uniformidades no comportamento humano, e que essas regularidades podem ser avaliadas e previstas independentemente dos comportamentos e motivações individuais. As memórias sociais enquanto objecto de estudo enquadram-se nestas manifestações do comportamento humano. Também Max Weber^{xviii} atribui às ciências sociais o objectivo de descrever os comportamentos humanos. Ou seja, o estudo dos fenómenos físicos (objecto de estudo das ciências naturais), com base na observação e na busca de leis gerais é distinto do objecto de estudo dos fenómenos sociais (objecto de estudo das ciências Sociais e Humanas), onde se busca configurações e interpretações e onde a qualidade dos fenómenos é captado pela sua singularidade. A abordagem qualitativa insere-se portanto no campo do simbólico e do subjectivo, campo onde as memórias sociais se revelam. A abordagem qualitativa procura o significado

das estruturas enquanto resultado duma acção humana objectivada^{xix}. E é essa objectivação que lhe confere significado. Portanto, em razão disso, todas as etapas da investigação devem ser avaliadas em função da sua consistência crítica. Os dados e os resultados da análise tornam-se assim também elementos participados pelo investigador. E é nessa interioridade que se constrói o campo de significados criando um campo de investigação onde se aplicam os métodos de análise (GUERRA, 2007).

A lógica da acção em museologia adiciona às metodologias qualitativas um outro grau de exigência. O compromisso com a comunidade, de trabalhar sobre um campo de complexidade onde as memórias se assumem como factores explicativos que orientam a acção dos sujeitos, implica a emergência de novos objectos simbólicos, que transportam uma carga (qualidade) intemporal (fora do tempo histórico). Esses símbolos resultam da lógica da relação do sujeito (actor) com os poderes (hegemónicos). Entre eles gera-se um campo de forças que interage criando, por um lado respostas no actor (estímulos à acção), e por outro lado, obrigando a encenações legitimadoras do poder (respostas condicionadoras dos estímulos). Ora, sendo, na lógica da acção, os actores percebidos como racionais, portadores de estratégias, a tensão gerada entre as motivações individuais e as do sistema de poder enfrentam-se no campo da memória, produzindo, ora conformidades, ora percepção de incongruências. E é essa percepção de congruência que resulta na avaliação da aplicação de recursos disponíveis. E é aí no âmbito da avaliação do seu valor (relação custo/benefício) que se joga a conservação/renovação dos objectos simbólicos. As memórias renovam-se em função desta percepção pelos actores sociais.

É também por essa razão que os actores sociais se podem constituir como elementos activos pela mudança do mundo social, quando o sistema mnemónico (de legitimação do poder) deixa de estar em conformidade com a necessidades de representação, ou ainda quando tomam consciência de que esse sistema exclui as suas memórias. E é essa capacidade de agir que de tomar consciência da sua condição que o pode tornar num elemento da mudança através da sua acção sobre os vários sistemas de gestão social (da memória e outros). As metodologias de análise museológica mobilizam simultaneamente os actores e a mudança social. E essa consciência é crucial para pilotar os processos museológicos com recurso à aplicação das teorias da acção:

No âmbito da nossa investigação, quando confrontados com a necessidade de identificar os modos de vivência mnemónica da comunidade, ao confrontar as várias metodologias disponíveis com as nossas práticas e com a exigência do processo que estávamos envolvidos, escolhemos a metodologia de conscientização. E seu objectivo é identificar a forma como a memória social da ilha de Moçambique está a ser alocado aos processos de desenvolvimento da comunidade e avaliar espaços de oportunidade inovadores. Neste ponto apresentamos um primeira sistematização dos resultados da análise da aplicação da metodologia de conscientização, com a convicção Ela foi essencial para a mobilização da comunidade e o diálogo com as suas memórias e para a formulação dos princípios do compromisso museológico, que de seguida explicitaremos.

Como se sabe a Teoria da Conscientização foi uma proposta de Paulo Freire^{xx} em “*A Pedagogia do Oprimido*” (1970), texto que será posteriormente enriquecido por “*Educação Política e Conscientização*”, (1975) e “*Acção Cultural para a Libertação*” (1977)^{xxi}. Neste três textos encontramos o essencial da sua proposta.

A necessidade de alfabetização no Brasil, conduziu, nos anos sessenta, a uma mobilização de vários pedagogos que se dedicaram a desenvolver a sua acção junto dos mais desfavorecidos. A observação da realidade social do Brasil permitiu a Paulo Freire formular os princípios da sua metodologia. Mais do que uma ferramenta de comunicação com a modernidade, o sucesso da capacidade de uso da ferramenta da leitura e da escrita, dependia da vontade e da motivação da sua utilização para a construção do próprio futuro do alfabetizado. Ora esta vontade de acção, conforme Paulo Freire se apercebeu, constituía a essência do seu momento de libertação, ou a assunção da sua “condição humana”. A libertação é então uma tomada de consciência do seu ser como um ser de acção na construção do seu futuro. Com esta operação, a proposta de Paulo Freire deixa de ser uma mera metodologia pratica para se constituir uma proposta de acção (política), posição que o seu autor sempre fez questão de assumir.

Olhando para a museologia como uma “vontade de memória”^{xxii}, um dialogo ente a “memória/esquecimento” com o “poder/resistência” e para o processo museológico como uma “vontade de acção” que gera uma consciência da condição humana; que conformidades metodológicas podemos extrair para a museologia a partir da proposta de Freire.

Na nossa análise verificamos que, do ponto de vista dos fundamentos teóricos e dos princípios metodológicos, ambos os processos apelam à motivação pela acção a partir duma tomada de consciência da situação humana, e que essa tomada consciência é a essência do processo de libertação. E é essa função da consciência como acto de libertação, como o grito que torna o ser humano participante activo no seu mundo, que Paulo Freire considera a “*Conscientização*”

A partir do papel da consciência na transformação da realidade, Paulo Freire observa uma oportunidade de acção, uma oportunidade de construção do futuro: “*Ao defrontarmo-nos com uma dada situação na*

qual “entramos” independentemente da nossa consciência, temos nela a condição concreta que nos desafia”. A situação, dada como situação problemática implica, no que chamei, na Pedagogia do Oprimido, de “inédito viável”, isto é, a futuridade a ser construída. A concretização do **inédito viável** que demanda a superação da situação obstaculizante – condição concreta em que estamos, independentemente da nossa consciência – só se verifica, porém, através da praxis. Isto significa que os seres humanos não sobrepõem a situação concreta na qual estão, por meio da sua consciência apenas ou das suas intenções, por boas que sejam.”^{xxiii}

A “**Conscientização**” é um processo de tomada de consciência. Ele inicia-se com um **círculo de cultura**, e é através desse círculo, da interacção dos seus membros que se desenvolve a “prática de tomada de consciência”. A participação do grupo torna-se assim um compromisso entre o indivíduo, o sujeito do conhecimento que se reconhece a si mesmo, e dos seus interesses (do grupo), ao mesmo tempo que reconhece o “Outro” (na teoria da alteridade, o reconhecimento do outro é feito pela diferenciação do eu). Esta construção do colectivo é importante de referir porque é através dela que se constrói a identidade comum, onde o indivíduo e o grupo conciliam o particular e o geral.

É igualmente através deste círculo que se estabeleça a “**participação crítica**”. Esta participação é o espaço de reflexão entre a prática e a regulação do sistema.

Para Paulo Freire, o sistema de dominação social (que explicita como um sistema de dominação de classes, de acordo com a terminologia marxista) conduz a uma alienação das massas. Na pedagogia da alienação, criada pela hegemonia da desigualdade, e fundamentada na acumulação acrítica, não se gera uma consciência de transformação. Por isso ela é uma pedagogia reformista, onde a consciência da classe dominada reflecte a consciência da classe dominante. Essa pedagogia impede a compreensão da sua situação de dominados. Ora a esta pedagogia da alienação Freire contrapõe a Pedagogia Crítica da Libertação, que com base na acção gerada pelo círculo de cultura e pela participação crítica, permite uma consciencialização da situação de dominação e do desejo/necessidade de uma acção colectiva transformadora com baseada no compromisso de todos.

Independentemente da contextualização das ideias de Paulo Freire, que deverá ser sempre feita, importa interrogar a sua actualidade para a museologia. Poderá então o processo museológico ser um “processo de conscientização que permita uma museologia libertadora, por oposição a uma museologia da alienação?

Ora, se por analogia, utilizarmos o campo da memória, da memória social como expressão duma tensão gerada na sociedade, poderemos assumir que a “memória dominante” é uma expressão dos “grupos dominantes”. A memória, enquanto construção social é a expressão dum grupo, que nesse momento reuniu as condições de poder necessárias para a comunicar e se reproduzir. A consciência crítica da memória social, permitira criar outras memórias, cuja construção seria participada pela comunidade. Essa seria então a nossa premissa para construir um processo museológico crítico. Uma premissa em que o museólogo também necessita de “ser educado”, pois “o esforço de conscientização, que se identifica com a própria acção cultural para a libertação, é o processo pelo qual, na relação sujeito - objecto, (...), o sujeito se torna capaz de perceber em termos críticos, a unidade dialéctica entre ele e o objecto. Por isso não há conscientização fora da praxis, fora da unidade teórico-prática, reflexão - acção.”^{xxiv}

Há portanto um caminho para a compreensão da “consciência da realidade mistificada”, da metonímia que a classe dominante produz da realidade da sua acção. E, a partir dessa consciência crítica será possível construir um quadro de acção, tendo em atenção a totalidade em que a comunidade participa. Esse será o desafio actual da metodologia da conscientização não pode fugir aos limites da realidade histórica em que participa. Um sujeito ou comunidade pode perceber um facto pelas relações mais imediatas, mas pode não captar a sua relação com a totalidade em que ele participa. O viável histórico encontra-se inscrito na totalidade. Ou seja há acções que, embora formalmente correctas, não podem ser concretizadas fora do seu tempo, ou antes do seu tempo. A conscientização tem como objectivo levar a comunidade à revelação/descoberta da sua situação no próprio tempo. A centrar-se na sua própria condição como desejo de futuro.

Ora no conhecimento do real, a observação participante é um ponto de partida para a compreensão da realidade. Uma observação que implica o engajamento nessa mesma realidade. E é a partir dessa prática que a teoria é mobilizada. Diz Paulo Freire: “É essencial compreender o sentido da palavra teoria nessa relação entre o conhecimento e acção que falamos. Teoria não quer dizer um conjunto de conceitos que colamos sobre a realidade. Esse procedimento, infelizmente muito frequente entre os intelectuais, tenta reduzir a realidade viva aos esquemas pré-fabricados dos seus conceitos abstractos. Se eu me falo uma ideia do que a realidade social deve ser, minha prática torna-se um esforço para submeter a realidade em movimento à minha vontade”^{xxv} E essa distinção é importante para Paulo Freire, porque é ela que opera a distinção entre o activismo e o voluntarismo. O activismo é um empenhamento no processo de mudança social. Enquanto o voluntarismo é apenas uma manifestação de adesão a princípios: O activismo é uma opção de participação nesse mesmo processo. A teoria deve dar respostas aos problemas do

quotidiano. A reflexão é feita por todos, enquanto membros do grupo. A acção é comum na medida em que analisa a sua própria prática. A cientista pode desempenhar o papel de detonador dum processo de tomada de consciência. *“Este movimento dialéctico toma, portanto, como ponto de partida a acção, clarifica e amplia essa acção pela reflexão, remete sempre a uma nova acção enriquecida pela análise precedente e que vai constituir, ao mesmo tempo, o teste prático da análise teórica e a matéria-prima de uma nova reflexão, e assim sucessivamente. Esta metodologia, na qual a ciência social e engajamento político não se podem separar, nos permite ultrapassar o nível de percepção sensível para alcançar um desenvolvimento da consciência crítica e uma compreensão da realidade social”*^{xxvi}

Como verificamos, o momento inicial do trabalho de grupo é o **seminário**. O seminário é o primeiro momento de reflexão crítica num processo de educação política. Cada um é confrontado com a sua prática. Sujeita-se a uma crítica do grupo que permite reflectir sobre o seu trabalho e reformular a sua acção. O Seminário permite identificar as questões levadas pelos participantes, estabelecer uma relação entre elas e a prática e com base na confrontação sistemática com as experiências vividas, tentar compreender o porquê, o como e os impasses em que cada um se encontra. Neste seminário inicial, o coordenador é o elemento que cria uma dinâmica de grupo. É necessária uma reflexão dinâmica da contribuição de todos para uma síntese do grupo. No final é igualmente necessária uma leitura global. O coordenador deve *“recolher os elementos que existam no grupo de maneira desorganizada ou num estado pré-consciente e em devolver, organizadamente, esses elementos de análise do grupo. A sua missão é facilitar a tomada de consciência do grupo.”*^{xxvii}

O seminário inicial também permite que cada participante adquira método de trabalho. Com a conscientização do método cada elemento do grupo ganha autonomia e ao mesmo tempo participa na dinâmica do grupo, favorecendo a sua livre-gestão. O grande objectivo do trabalho do grupo é a fazer entender a necessidade de transformar a experiência num objecto de análise.

A proposta de Paulo Freire: referindo a educação como uma problematização e uma libertação, poderá ser aplicada na museologia, como uma problematização e uma libertação. Será possível falarmos duma “conscientização museológica”?

Tal como Paulo Freire contrapunha a o apetite pela educação dos cidadãos face à indiferença dos rurais pelo seu nível primário de consciência, ou a sua aversão a uma educação bancária como um acumular de conhecimentos, desligada da vida dos educandos e separada do mundo; não será hoje possível contrapor o valor atribuído pelos museus à elite urbana, com o desinteresse das comunidades rurais pela cultura erudita. Na concepção tradicional do museu não está inscrita a oposição entre a tradição e a modernidade. Não será possível olhar para a museologia do Norte como um acumular de objectos e de acervos nos museus, desligados da vida dos cidadãos e do mundo; à qual que se contrapõem a emergência de novas propostas museológicas no Sul, gerados a partir dos movimentos sociais, centrados nas vontades de memória. Não será esta uma das questões que a Sociomuseologia tem proposto como elemento de renovação da própria museologia, nomeadamente uma museologia ao serviço da comunidade feita com a participação dessa mesma comunidade.^{xxviii}

Se respondemos de forma afirmativa e esta questão não poderemos formular uma sociomuseologia como uma forma de consciência crítica? Uma proposta que parte da necessidade de criar uma consciência crítica como resposta à necessidade de problematizar a museologia de acumulação e criar museus da contemporaneidade. E quais são os fins dessa museologia: Problematizar a relação do homem com o mundo, através de objectos que permitem ao observador interrogar esse mundo e escolher o caminho que quer seguir. Assim, o museu torna-se num local onde a consciência crítica permite desencadear a acção. *“O homem vive no mundo e com o mundo”*^{xxix}. E o mundo deixa de ser uma realidade abstracta, e passa a ser visto como o resultado dum processo. A consciência crítica permite à museologia desencadear a reflexão sobre a vida da comunidade.

Essa museologia crítica é fundada no diálogo. Não é construída a partir dum discurso “esclarecido”, validado numa instituição de poder; mas é fundada numa **necessidade** de problematizar a realidade enquanto génese do conhecimento. Parte do reconhecimento de que a sociedade é um todo, uma unidade. O diálogo permite revelar o todo que há em cada situação e ajustar a acção às necessidades. Através do diálogo é possível reconhecer a necessidade do outro e da comunidade de alcançar o conhecimento e de que é possível ser mais através da acção.

Esta nova museologia crítica, fundada no diálogo e na participação da comunidade também reserva um novo papel ao sujeito na museologia. Ele já não é mais o sujeito passivo que descobre o objecto, ou ouve o discurso que o erudito preparou para ele consumir. Ele é um sujeito dialógico, activo, criador. É um ser dotado de liberdade, que conhece algumas coisas e ignora outras. Ele é um cidadão que busca a humanização através do conhecimento. O museólogo é então aquele que tem consciência de que sabe pouco e pode ser igualmente sujeito do processo. O Museólogo deixa de ser aquele que trabalha **para**, para passar a ser aquele que trabalha **com**! O museólogo torna-se essencialmente num humanista que nega a execução mecânica de depósito de conhecimentos e privilegia o papel de catalisador de conhecimento.

O museólogo transmite de forma assertiva informação com vista a tomada de consciência e recebe em troca os elementos necessários para partilhar com a comunidade o seu mundo. O museólogo como coordenador torna-se assim num educador.^{xxx}

Se os três parágrafos anteriores, escritos a partir da proposta teórica de Paulo Freire podem ser considerados válidos como proposta conhecimento museológico, podemos assumir a partir deles os fundamentos para um *“consciência crítica da museologia”*. Ou, melhor, uma releitura da proposta de Paulo Freire aplicada à sociomuseologia.

Para Paulo Freire a consciência é a essência do ser humano. Não é algo que se acrescente. E a imagem de si próprio e da sua relação com o mundo. A consciência desencadeia a acção transformadora. O objectivo da sociomuseologia é criar uma consciência crítica, a partir da qual seja possível desencadear uma acção transformadora no real. O centro da acção museológica é sobre o ser humano, para o libertar através da sua conscientização. Desse modo, a museologia não pode deixar de ser uma ciência da acção. Duma acção transformadora.

Para Paulo Freire *“O homem atinge o nível de consciência crítica quando começa a aprender a causalidade, as relações de interacção que existem no universo e na sociedade”*^{xxxii}. Ora esta consciência das relações causais, distingue-se da consciência mágica e da consciência primária, que, segundo Freire, onde o sujeito realiza uma leitura passiva da realidade. Uma leitura finalista ou passiva da realidade, é uma leitura em que o real está pré-determinado por forças superiores ou que transcendem o sujeito. Esta forma de consciência não permite que o sujeito actue sobre a realidade e não de torne ele próprio o sujeito da sua própria história. Ora consciência crítica tem como objectivo integrar o homem na sua realidade. Transforma-o num sujeito que domina e actua sobre o seu objecto. Esta operação permite uma *“INSERÇÃO CRÍTICA”*. Que é a relação pela qual o homem se torna sujeito. A relação entre conhecimento e acção é a essência pensamento de Paulo Freire e a base da sua proposta de método

A sociomuseologia não pode contudo assumir a mundo como uma relação de causalidades. Para a ciência pós-moderna o mundo para além da relação causal que é de ordem restrita, contém ainda a relação do acaso, que torna a acção um campo de probabilidade. A museologia como configuração holística do conhecimento pode perceber os sentidos da acção e pode neles concentrar recursos em função de objectivos socialmente partilhados. A conscientização, tal como é proposta por Paulo Freire, como uma relação causal entre a revelação da consciência e a necessidade da acção, deverá ser entendida mais como um recurso ao dispor da comunidade, onde através da revelação da consciência de geram possibilidades de acção. Isso permite superar o determinismo Freiriano da necessidade da acção pela possibilidade de acção que resultam das escolhas conscientes da comunidade. Esta superação não anula a componente política da proposta freiriana. A necessidade como possibilidade elimina o carácter determinista da metodologia, onde se pensava que sua simples aplicação gerava acção transformadora. A acção transformadora é apenas uma possibilidade e a sua ocorrência depende do compromisso de futuro.

O método de alfabetização de adultos, o método proposto por Paulo Freire tem como base o sujeito que pode caminhar, compreender e comunicar com o mundo. Ele recusa a aplicação do método mecânico, onde a memorização desempenha um papel determinante, mas onde o educando é um sujeito passivo. Método de Paulo Freire procura a criação de consciência crítica. O método é também uma ferramenta do aluno que participa na construção do seu processo de conhecimento. O aluno é activo, apela à consciência crítica do aluno. Todos estes objectivos podem ser assumidos pela museologia. A diferença está, em que a museologia pode trabalhar como todos os objectos simbólicos, incluindo a linguagem, a memória e o conhecimento. Tudo dependerá então da vontade da comunidade em satisfazer as suas necessidades de futuro.

O método de Paulo Freire inicia-se pela **criação do “grupo de trabalho”**. Neste grupo é feito o **“Levantamento do universo vocabular”**, durante o qual são recolhidas as **palavras-chave**. A partir das palavras-chave são elaborados **quadros ligados à vida dos participantes** do grupo. O educador deve igualmente fazer uma **observação** da vida da comunidade, com o objectivo de contextualizar as discussões. Essa observação crítica dos quadros da vida comunitária, deverá permitir **lançar problemas** lançados à comunidade, contendo elementos a serem **decifrados pelo grupo** com colaboração do monitor. Dessa discussão emerge a **consciencialização**.

A partir da consciencialização, são preparadas as **fichas** (ajudas-memória). Essas fichas têm como objectivo ajudar os animadores na acção descrevendo processos, sugestões. Na elaboração de fichas está presente a repartição das famílias de fonemas correspondentes às palavras-chave. As fichas podem ter diversas formas, mas devem permitir a sua apropriação e a sua reelaboração. E é a partir da **experiência vivida** pelo aluno, que o apelo a voltar e a **descrever essa experiência**, que é introduzida a leitura e a escrita. A leitura e a escrita tornam-se assim numa **ferramenta** associadas à vida e à criação duma **conscientização**.

A **Conscientização**, que se gera por este processo, segundo Paulo Freire *“é a capacidade que a consciência humana tem de tomar distância à realidade objectiva para a admirar e objectivar”*^{xxxiii}. A

conscientização não é apenas a reflexão, é uma relação entre a consciência e a acção libertadora. A inclusão do sujeito num processo histórico de libertação é uma acção. A conscientização é uma reflexão sobre acção. Ora se, segundo Paulo Freire, a consciência do oprimido é mágica ou primária. Para deixar de ser oprimido é necessário criar uma consciência crítica. A conscientização é um processo da consciência humana, na sua capacidade de se distanciar do mundo, da realidade objectiva, para captar os elementos constitutivos e tornar manifesta a sua essência. A consciência, segundo Freire, não é um recipiente passivo do mundo (um objecto cognoscível) mas a sua dimensão principal é activa e criadora. E é nessa dimensão da acção criadora que se inscreve a libertação

Como vimos os pressupostos teóricos desenvolvidos por Paulo Freire podem ser actualizado e ajustados aos pressupostos teóricos desenvolvidos pela sociomuseologia. O que nos propomos fazer é a análise da sua utilização no âmbito da museologia como ferramenta metodológica. Da Pedagogia da Libertação, a uma museologia crítica da libertação, é o trânsito que propomos executar.

6. O trânsito para uma museologia crítica da libertação

No âmbito do nosso processo de investigação identificamos a necessidade de analisar o processo de construção da memória social da Ilha de Moçambique. Os dados recolhidos mostravam uma forte ancoragem nos processos mnemónicos, nas simbologias da singularidade da ilha. Todavia, essa memória não só resultava duma construção erudita, ancorada nas heranças patrimoniais, como as formas de construção da memória esqueciam de forma sistemática, pelas relações de dominação colonial, as várias heranças vividas e habitadas na ilha. E foi a intuição dessa ausência que nos induziu na busca dum modelo teórico que nos permitisse utilizar as ferramentas de análise adequadas. Como acima explicitamos essa metodologia foi construída a partir das propostas de Paulo Freire.

O que procurávamos eram as memórias vividas e as suas representações usadas no quotidiano. A expressão de vida, no presente e a consciência do passado tal como era vivida no presente. O que buscávamos era o momento poético que a consciência mnemónica transporta. Para isso necessitamos de criar um processo gerador da consciência mnemónica voltada para a valorização das heranças e patrimónios susceptível de gera acção.

A partir da proposta freiriana, ajustamos um método de três fases: A primeira, com base na criação dum **círculo museológico**, a que chamamos de “Investigação”, onde se procura em conjunto encontrar os temas mais significativos da vida dos participantes. De seguida, a fase de “Tematização”, procura-se que se crie uma consciência do mundo através da análise dos significados sociais das memórias e das heranças. Finalmente uma última fase “Da Problematização”, onde o participante é desafiado a assumir uma acção conscientizada. Assumir uma representação da sua memória.

Um elemento essencial da metodologia aplicada é a criação de **imagens geradoras**. São estas imagens que permitiram, quer ao museólogo, quer aos participantes do grupo partir para a descoberta do universo mnemónico. As *imagens geradoras* foram preparadas a partir de conversas informais e da observação do contexto. A partir sua formulação pelo museólogo, propuseram-se actividades de descoberta para animação do grupo. Foram exibidas imagens, sons, foram sugeridas representações e aplicações de técnicas de expressão. A escolha do processo dependeu em larga medida das relações e das dinâmicas do grupo. O museólogo, em função dessas dinâmicas assumiu um papel mais dinamizador ou orientador. De seguida, e isso é uma parte integrante do processo, as actividades desenvolvidas foram debatidas em termos de significados.

No teste que desenvolvemos, começamos por apresentar ao grupo 12 imagens, que recolhemos numa selecção obtida a partir duma cobertura fotográfica^{xxxiii}. A partir das imagens o grupo foi convidado a produzir, primeiro individualmente, e depois em conjunto, uma interpretação das imagens mnemónicas. As imagens mnemónicas foram interpretadas em conjunto, tendo o grupo sido convidado a procurar uma interpretação partilhada. Aos membros do grupo, foi de seguida lançado desafio de a partir das imagens visualizadas e interpretadas, produzirem outras memórias, que por analogia, (por associação ou por diferenciação) lhes ocorressem. Por sugestão esse exercício era feito através de expressões performativas de composição. As técnicas sugeridas foram a escrita de textos, o desenho e a narrativa oral. De seguida cada um dos membros foi convidado a apresentar os elementos produzidos aos grupo e com ele debater os seus significados. O resultado da apresentação foi exposto através dum convite à produção colectiva de um conjunto de imagens simbólicas que representem a sua memória e herança. Esse trabalho foi feito colectivamente.

Como é que a partir das imagens geradoras foi possível identificar os campos de significados mnemónicos. O objectivo do método foi através da interacção dos membros do grupo, permitir a tomada de consciência sobre os elementos mnemónicos socialmente relevantes. E sobre esses elementos relevantes foi possível desenvolver um trabalho de extroversão, através da verbalização e da expressão. O trabalho museológico relaciona os vários momentos, do processo ao nível individual à produção colectiva. Os trabalhos desenvolvidos nas três fases foram sempre mobilizados para uma reflexão conjunta. Assim, por exemplo, uma análise do universo vocabular, permitiu identificar os marcadores de

memórias, que se constituem como “substantivos adjectivados”^{xxxiv} partilhados em diferentes graus, pelos membros de grupo. O conjunto dos marcadores de memórias foram mapeados, constituindo um “**mapa cognitivo**”, tendo ele próprio constituído uns dos instrumentos de reflexão.

A construção do “Mapa Cognitivo”, permitiu classificar e ordenar os marcadores de memória, em relação às suas funções na vida da comunidade; e em relação à intensidade da sua adesão. Os marcadores podem ser mobilizados, em função dos fins da acção da pretendida. É importante todavia ter em atenção, que o que é importante não é a construção do mapa cognitivo, mas sim a construção dos consensos em torno dos marcadores. A técnica não é um fim, é apenas um instrumento que pode gerar momentos de partilha de saberes, que enriquece os membros do grupo. E foi nessa actividade que o museólogo interagiu com a comunidade, oferecendo os seus saberes e recebendo dela os sentidos do mundo, que agora nos permite escrever a nossa tese. E foi nessa operação que se criou a ideia do compromisso museológico, que a seguir apresentaremos.

O museólogo ao viajar com a comunidade enfrenta três momentos. Um primeiros tempo de Descoberta e revelação, onde se inicia a sua interacção com a comunidade. Essa fase é crucial para o desenvolvimento dos trabalhos, pois o modo como se entra num espaço marca a sua percepção desse espaço, e dessa percepção depende o seu posicionamento como observador. Durante esse tempo tivemos necessário efectuar um diagnóstico patrimonial e efectuamos uma avaliação preliminar das heranças vividas pela comunidade, a partir das suas vivências e representações. Esse diagnóstico permitiu o início dum reconhecimento mútuo, onde nos foi possível identificar os universos simbólicos e intuir os marcadores de memória. Esses marcadores, primeiramente intuídos, foram validados pela partilha com o grupo, de que resultou um ajustamento em função dos seus significados. E fundamental o diálogo e a partilha informação para a validação do diagnóstico. Em comunidades híbridas os significados dos marcadores de memórias são reelaborados em função das suas conformidades com as vivências sociais, apresentando por vezes enviesamentos com os seus significados em sociedade de maior uniformidade cultural.

No entanto, por se tratar de memórias, o museólogo tem uma responsabilidade ética e profissional de interpretar os seus significados. Para isso deve analisar cuidadosamente os seus significados, deve recolher e analisar documentação complementar. Essa operação, que corresponde grosso modo à classificação e ordenação na metodologia de análise, deve ser partilhada com o grupo, que poderá ou não introduzir novas interpretações ou informações.

No terreno, não tivemos oportunidade de desenvolver completamente esta actividade, tendo a nossa reflexão e investigação sido completada numa fase posterior. Essa operação permitiria construir a “carta das heranças”, que representa não só os objectos patrimoniais socialmente significativos, como igualmente, expressaria a vontade dos membros do grupo de desenvolver uma acção. E por isso fundamental, que como “carta” constitua uma expressão do consenso. É o consenso que orienta a selecção dos objectos patrimoniais, e não uma qualquer visão de autoridade (ou por um outro qualquer poder iluminado, legitimado pela academia, pela política, ou pela religião), embora seja bom levar essas forças em consideração, enquanto partes constituintes da comunidade.

A Mobilização da memória torna-se assim um compromisso com a acção. Uma acção que pode ser transformadora. Não necessariamente com objectivos de mudar o mundo, mas com objectivo de, através da conscientização o ser humano assuma a sua liberdade como elementos estruturante da transformação do mundo.

Finalmente como o processo de extroversão, a Comunicação, pode-se constituir como processos expositivos, processos museográficos, momentos performativos. As formas podem ser diversas e plurais, dependendo da vontade e da imaginação dos participantes. No caso que trabalhamos, a partir do “mapa de cognição” mnemónico da comunidade, propusemos à elaboração “**livro das memórias**”, individuais e de grupo. O Livro do grupo expressou o compromisso de negociação sobre as memórias do grupo. Estas memórias foram negociadas e apresentadas de formas plurais, que representam as diversas visões que coexistem na comunidade e que constituem a sua vontade de construção do futuro.

A aplicação da metodologia da conscientização, após o seu teste ao grupo experimental foi posteriormente alargada a outros grupos na comunidade, com utilização de outras imagens geradoras em diferentes processos dando origem a outros “livros de memórias”. A distância em relação ao objecto de estudo obrigou ao tratamento de muitos dados após a sua aplicação. Os resultados obtidos permitem identificar um elevado potencial para o futuro desenvolvimento do nosso processo museológico.

A operacionalização dos marcadores de memória com as metodologia de conscientização, mobilizando os marcadores de memória produziram também outros resultados essenciais para o desenvolvimento do processo museológico: Em primeiro lugar verificou-se que se constituiu uma rede social de memória, o círculo museológico, a partir do qual se poderá dar continuidade ao processo museológico. Igualmente produziu-se a criação duma campo de saber sobre as memórias sociais. Essa memória foi construída de forma partilhada, produzindo para o nosso trabalho uma importante fonte de informação, que depois de analisada, foi alocada ao corpo da nossa tese, marcando a sua organização interna e os seus resultados;

mas ela ficou também, nas suas formas plurais na comunidade da Ilha, onde o círculo continuou a sua actividade.

7. A museologia como compromisso

Os resultados da metodologia de conscientização na museologia, construída com base nas propostas de Paulo Freire, demonstraram a sua validade. A metodologia permite a constituição e reunião de conjuntos de informação significativa, que podem ser alocados como base dum processo museológico; ao mesmo tempo, que gerando acção, permite a adequação dos processos museológicos às dinâmicas da comunidade. A constituição dos **círculos museológicos** não só são a base do nosso processo, como constituem o processo que assegura a adequação dos actos de preservação, investigação e comunicação às necessidades das comunidades. A operacionalização dos marcadores de memória como elementos do processo museológico permite a construção dos “Livros de Memória”, dos “Teatros das Memórias” das “Danças da Memória” que se constituem como registos pessoais e colectivos onde se geram modos de partilha da comunidade. Essas actividades acontecem nos “Espaços da Memória”. O espaço museológico será então esse espaço. Tornando **“casas das memórias”**; qualquer local e qualquer tempo escolhido para a apresentação e a vivência dessas memórias, da sua conservação, da sua investigação, da sua comunicação. A **casa das memórias** torna-se no espaço onde se cria o valor museológico da intervenção; um espaço apropriado pelo grupo onde ocorrem as transferências e partilhas de conhecimentos. Finalmente esse espaço também deverá providenciar um conjunto de serviços à comunidade como parte integrante da sua função. A aplicação desta metodologia permitiu constituir o fundamento do processo museológico que estamos a desenvolver na ilha de Moçambique. Ela constitui-se como um roteiro metodológico que permite atingir os objectivos da nossa investigação.

Finalmente, como conclusão da aplicação da metodologia da conscientização museológica, verificamos que, no âmbito do trabalho e ética museológicos, emergiu uma importante forma de consciência, a que chamamos “compromisso museológico”

Durante o processo de concepção, análise e validação da metodologia da conscientização surgiu-nos sob a forma de emoção, uma intuição. Enquanto se desenvolvia o processo de análise das ferramentas teóricas, à medida que os resultados iam mostrando o seu potencial de uso, uma ideia ia, lentamente, instalando-se no espaço de reflexão. As emoções como sabemos não devem interferir nos processos de análise científica (a menos que sejam elas próprias o objecto da análise). A metodologia deve permitir o necessário afastamento do observador em relação aos objectos do estudo, para que as observações não sejam contaminadas por juízos ou valores pessoais. Mas esta neutralidade emocional, em museologia, quando se trabalha com seres humanos ou com os seus objectos qualificados, é um campo complexo.

No âmbito da investigação-acção, e reflexão sobre a inferência da emoção na investigação deverá naturalmente estar presente de forma permanente. Em tese sabemos que para que os valores pessoais não contaminem os resultados da análise, a reflexão, para procurar a relação dos fenómenos nas suas formas puras, deverá isolar-se do mundo exterior do objecto. O sociomuseólogo, no entanto encontra-se envolvido num duplo processo: a investigação, com os seus procedimentos metodológicos, e a acção, igualmente com procedimentos metodológicos e éticos. O pesquisador inevitavelmente tem que encontrar um equilíbrio entre os processos para validar os dados da observação e poder produzir conhecimento, com as exigências da participação da comunidade e das formas de partilha do saber. Essa condição torna o ofício do museólogo uma actividade de elevada exigência técnica e pessoal, que não cabe aqui desenvolver. Mas uma dessas exigências é sem dúvida explorar criticamente as suas emoções, em busca de significados inovadores, de elementos significativos de elevada potencial, susceptíveis de gerarem processos de mudança.

Regressando a essa nossa intuição, inicialmente percebida como emoção, verificamos que, lentamente se foi transformando numa dúvida. Ela instalou-se durante o tempo que mediou a investigação e o desenvolvimento da análise, até finalmente se cristalizar como uma ideia que sintetiza os trabalhos desenvolvidos. E essa poésis, no sentido de “modelo” tomou conta das nossas práticas de reflexão museológica. Classificamo-la como o *“compromisso museológico”*.

A questão sintetiza-se da seguinte forma. Ao observar e participar nas relações e interações desenvolvidas entre os na comunidade, verificou-se a emergência dum tipo de saber. Esse tipo de saber, que aí estava a ser produzido era fundado num diálogo, nosso com a comunidade de participantes. Ele só ocorria porque todos estavam lá, em situação, nesse espaço e nesse tempo. Poderemos argumentar, que isso acontece em todas as interações sociais. É verdade. Acontece em qualquer lugar, em qualquer instituição: na escola, na igreja, na festa, no lazer social. Mas a relação que existe entre nós e a nossas memórias, onde é que se desenrola? Pode sem dúvida desenrolar em qualquer espaço e em qualquer tempo; Mas, em termos de análise científica, essa relação, do grupo com as suas memórias, ocorre no que classificamos como “processo museológico”. Estamos perante um processo que é o objecto do conhecimento museológico. O conhecimento museológico é então um conhecimento que emerge da prática e da reflexão museológica que ocorre num espaço e num tempo museológicos. A museologia é

então o conhecimento ocorre numa situação diálogo entre sujeitos de conhecimento e os seus objectos mnemónicos num determinado tempo e num determinado espaço. Por isso consideramos o processo museológico como o nosso objecto de conhecimento.

Para além duma situação, de conhecimento, o processo museológico, o nosso objecto de análise é também o nosso objecto de acção. Uma acção que se baseia no questionamento da memória social na busca da consciência do ser humano. Essa acção, crítica, é a essência da liberdade do sujeito, a sua fonte de energia criadora. Um local e um tempo onde o seu espírito se liberta da materialidade para objectivar o futuro, construindo acções do presente. É através dessa relação, entre a acção livremente desenvolvida na busca das respostas orientadoras, voltadas para o futuro, que emerge a conscientização. A **conscientização museológica**.

A conscientização museológica é então a relação entre o ser **humano livre**, com os outros seres humanos, **igualmente** livres (e sublinhamos igualmente como condição essencial do processo), que tecem **acções solidárias** (e sublinhamos acção solidária), orientadas para o futuro.

O que é que é então necessário para que num processo museológico se oriente para a conscientização? É necessária uma vontade. Uma vontade dos membros do grupo, e em particular do agente mediador dos processos museológicos: O (a) museólogo (a), enquanto profissional ou voluntário do processo expressa o **compromisso** por essa vontade. E essa vontade é um objectivo de partilha dum espaço e dum tempo de construção de conhecimentos, de saberes, de vivências livremente construídas, voltadas para uma acção. Esse compromisso com a comunidade e com as suas memórias (de que passarão também a ser suas) e com a acção como processo, é a essência do trabalho museológico. O compromisso museológico é o momento em que se opera a ruptura epistemológica. É o momento em que cada sujeito toma consciência da sua implicação como centro desse processo. E o assumir da condição de *museólogo*. Assim o compromisso museológico torna-se na força de energia do processo que aglutina os participantes. O que distingue o processo museológico é então a partilha desse compromisso na comunidade numa relação dialógica que é a fonte ao mesmo tempo e a função social desse mesmo processo.

Foi esse o significado extraído daquela emoção vivida naquele dia nesse espaço. A compreensão que estava envolvido numa rica rede de conhecimento, num espaço onde ocorriam diálogos entre os seres humano e as suas memórias voltadas para a construção do seu futuro. Foi também o momento em senti o desejo de participar nele com a minha condição humana. Foi o momento em que tomei consciência da minha implicação nesse viver museológico.

Em síntese: Se a conscientização museológica se constitui como uma metodologia, o compromisso museológico é a distinção nos processos museológicos. O compromisso por uma *museologia solidária*.

Um compromisso pela mobilização da memória para uma acção libertadora.

Bibliografia

- AAVV (1973). “A Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1973” in PRIMO, Judite (1997) *Museologia e Patrimónios – Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, nº 15, Lisboa, ULHT, pp 111-121
- AAVV, (1984). “A declaração de Québec, de 1984” in PRIMO, Judite (1997) *Museologia e Patrimónios – Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, nº 15, Lisboa, ULHT, 223-225
- BENJAMIN, Walter (2007). *Passagens*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1176 páginas
- BERGSON, Henri (1928). *Matière et Mémoire: Essai sur la relation du corps à L’esprit*, Paris, Librairie Félix Alcan, 279 páginas
- BERGSON, Henri (1988). *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, Lisboa, Edições 70, 164 páginas
- BORDIEU, Pierre (2001) *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 178 páginas
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira (2004), “Principais Campos da Acção Museológica” “São Paulo, Seminário CCB 20-24 Julho de 2004, em *Museus e Exposições do Século XXI*.
- CHAGAS, Mário (2009). *A Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder* em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/IBRAM, 257, páginas
- CHOMSKY, Noam e RUWET, Nicolas (1979). *Gramática Generativa*, Lisboa, Edições 70, 189 páginas
- DELEUZE, Gilles. e GUATARI, Félix (2007). *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia 2*, Lisboa Assírio e Alvim, 253 páginas
- DURKHEIM, Émile, (1987), *As regras do método sociológico*, Lisboa, Editorial Presença, 165 páginas
- FREIRE, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*, São Paulo, Paz na Terra, 107 páginas,
- FREIRE, Paulo (1975) *Educação Política e Conscientização*, Lisboa, Sá da Costa, 39 pag.
- FREIRE, Paulo (1975). *L’éducation, Pratique de La Liberté*, Paris, CERF, 154 páginas
- FREIRE, Paulo (1979). *Conscientização Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*, São Paulo, Edição Cortez
- FREIRE, Paulo (1979). *Educação e Mudança*, São Paulo, Paz na Terra, 46 páginas

FREIRE, Paulo (1981). *Acção Cultural para a Liberdade*, São Paulo, Paz e Terra, 46 páginas, 120 páginas

GRAMSCI, António (1974). *Obras Escolhidas: 2 Volumes*, Lisboa Editorial Estampa

GUERRA, Isabel C. (2007) *Fundamentos e Processos de Uma sociologia de Acção*, Oeiras, Principia, 253 páginas

GUERRA, Isabel C. (2007) *Fundamentos e Processos de Uma sociologia de Acção*, Oeiras, Principia, 253 páginas

HABERMAS, Jürgen (1987) *Ciência e Técnica como Ideologia*, Lisboa, Edições 70, 149 páginas

LEITE, Pedro Pereira (2010). “Casa Muzambike: A viagem como elemento catalisador dum processo museológico”: Intervenção realizada no I Seminário de Investigação em Sociomuseologia, Lisboa, Universidade Lusófona, Janeiro 2010

MIDDLETON, Davis e BRWON, (2006). “A Psicologia Social da Experiencia” in *Pro-posições*, volume 17, n 2 – Maio/Agosto, pp. 71-97

NORA, Pierre (1984), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 3 volumes: Volume I, pp XIX

PRIMO, Judite (1997) *Museologia e Patrimónios – Documentos Fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia, nº 15, Lisboa, ULHT.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). (2004). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 44-50

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1978). “Da Sociologia da Ciência à Política Científica” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 1, Coimbra, pp. 11-56

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 46-50

WEBER, Max (1996) *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. 4ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1996

ⁱ “Casa Muss-amb-ike: O Compromisso no processo museológico”: Intervenção realizada no Seminário de Investigação em Sociomuseologia, Lisboa, Universidade Lusófona, Janeiro 2010

ⁱⁱ A “Imaginação Museal” é um conceito defendido por Mário Chagas como o “elemento que produz o sentido no processo museológico. Mário Chagas defende que este é um paradigma orientador que “dá alma às coisas”. Veja-se (CHAGAS, 2009: 21)

ⁱⁱⁱ Assumimos a museologia como uma ciência que se distingue pela sua prática, incorporando na sua reflexão a produção e as contribuições teóricas das ciências epistémicas. A museologia como campo de saber opera sobre o ser humano e os seus objectos qualificados que produzem espaços socialmente construídos. (BRUNO, 2004)

^{iv} A Mesa Redonda de Santiago do Chile, Maio de 1972, estabelece os “princípios de base do museu integral”, que começa por referir “*Os membros da Mesa-Redonda sobre o papel dos museus na América Latina de hoje, analisando as apresentações dos animadores sobre os problemas do meio rural, do meio urbano, do desenvolvimento técnico-científico, e da educação permanente, tomaram consciência da importância desses problemas para o futuro da sociedade na América Latina. Pareceu-lhes necessário, para a solução destes problemas, que a comunidade entenda seus aspectos técnicos, sociais, económicos e políticos. Eles consideraram que a tomada de consciência pelos museus, da situação atual, e das diferentes soluções' que se podem vislumbrar. para melhorá-la, é uma condição essencial para sua integração à vida da sociedade. Desta maneira, consideraram que os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade*

E com base nestes considerandos resolveram entre outras considerações: (...) “*Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais; (...) e decidem: 1. Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, sócio-económico e tecnológico das nações da América Latina, através da participação de consultores para a orientação geral dos museus (...).*” “*Declaração de Santiago do Chile*”, in (PRIMO, 1997, 111)

^v A Declaração de Québec, aprovada em 1984 e que estabelece os “Princípios de base de uma nova museologia” escreve no seu início: “*O movimento de nova museologia tem a sua primeira expressão pública e internacional em 1972 na "Mesa-Redonda de Santiago do Chile" organizada pelo ICOM. Este movimento afirma a função social do museu e o carácter global das suas intervenções. Na sequência, propõe, como consideração de ordem universal “A museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e*

funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico. Para atingir este objectivo e integrar as populações na sua acção, a museologia utiliza-se cada vez mais da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da acção cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários. Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia - ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa - interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos de futuro. Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários defendidos pela comunidade internacional. Toma-se de certa forma um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca". (PRIMO, 1997,222-225)

^{vi} BRUNO, Maria Cristina Oliveira (2004), "Principais Campos da Acção Museológica "São Paulo, Seminário CCB 20-24 Julho de 2004, em Museus e Exposições do Século XXI.

^{vii} Segundo a proposta de Gilles Deleuze o paradigma científico assenta numa configuração arborescente, numa analogia à natureza. A este paradigma contrapõe Deleuze um paradigma de modernidade, partindo da configuração rizomática. O processo de conhecimento rizomático estabelece-se na conexão e desenvolve a heterogeneidade de qualquer ponto do sistema. Cada ponto do sistema pode multiplicar-se e inclui o princípio da ruptura, que gera uma reconstituição a partir de qualquer linha. Veja-se Deleuze, Gilles. e GUATARI, Félix (2007). Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia 2, Lisboa Assírio e Alvim, pp. 21-49. Esta perspectiva sobre o conhecimento como uma rede é também partilhado por Sousa Santos, no seu "discurso sobre as ciências, onde defende que no "paradigma emergente o conhecimento é total", para mais à frente contrapor uma alternativa de ampliação radicular com base em projectos cognitivos locais. SANTOS, Boaventura de Sousa. (1987). Um Discurso sobre as Ciências, Porto, Edições Afrontamento, pp. 46-50

^{viii} O conceito de hegemonia é baseado em (GRAMSCI, 1974). As memórias sociais constituem-se como partilhas de grupos de indivíduos. No entanto, no espaço social, os grupos negociam os seus espaços e as suas memórias. Esta negociação não tem por base nem gera situações de igualdade. Como sabemos, o espaço social é conflitual. O conflito social resulta da procura e uso de recursos ao dispor dos membros desse espaço social. A distribuição desigual dos recursos gera as situações de desigualdade. E é nesse processo, de relação desigual que os grupos hegemónicos impõem suas memórias que legitimam a posse desses recursos nesses espaços. A museologia opera também num campo de tensões entre o poder e as suas resistências, tal como as memórias se opõem ao esquecimento. O processo museológico um processo dinâmico de negociação de tensões sociais através das memórias sociais centradas na comunidade. Ora a sociedade política exprime a organização do poder no interior duma comunidade. E umas das expressões do poder no interior duma comunidade são as suas formas de legitimação. As memórias enquanto formas de expressão do poder, exprimem a hegemonia e legitimam esse poder, excluindo, pelo esquecimento, outras memórias. No conceito de Gramsci, hegemonia expressa-se simultaneamente através suas unidades orgânicas que agem sobre a sociedade, como igualmente produzem concepções ideológicas que conduzem e orientam a sociedade. A hegemonia é então, em política, uma liderança intelectual e cultural da sociedade, que expressa um resultado das negociações (Gramsci chama-lhe, política de alianças) das tensões entre os diferentes grupos. O grupo dominante, que lidera o processo de dominação social, ao mesmo tempo que toma acções para conservar a sua dominação, incorpora as inovações necessárias para adaptar o processo de dominação aos efeitos das tensões que se vão desenvolvendo na sociedade. Essas lideranças de dominação na esfera política não se circunscrevem ao Aparelho do Estado. Elas incluem também as organizações privadas, iniciativas e energias privadas, os princípios éticos ou morais as formas de organização cultural, ou seja os elementos que expressam os ajustamentos dos homens ao mundo através de acções conscientes. Segundo Gramsci, o homem individualmente não têm consciência da dominação a que está sujeito. A consciência tem para Gramsci um duplo significado. Se por um lado é um elemento que o une ao grupo, um sistema de valores que herda do passado e que aceita criticamente; a noção de consciência contém também os elementos que permitem ao indivíduo decidir a acção. A primeira forma de consciência chama-lhe consciência acrítica, e à segunda forma consciência crítica. A consciência política, na proposta de Gramsci, é importante para a análise dos processos de afirmação da hegemonia nas sociedades políticas. Uma hegemonia pode ser coerciva ou por persuasão. Na primeira forma, predominante nas formas políticas de elevada pressão para a conservação, a afirmação da hegemonia efectua-se de formas violentas, recorrendo a sistemas repressivos, procurando subjugar ou mesmo suprimir as desconformidades nos sistemas de representação. Na segunda forma, as formas de

persuasão, as políticas hegemónicas procuram manter a supremacia através de negociação e de estratégias de distribuição de benefícios, com vista a assegurar a maior adesão possível aos sistemas de dominação. Ora, se uma hegemonia exprime a dominação de um determinado indivíduo ou grupo sobre os outros, dominação que se revela através da vivência de relações sociais e produção de objectos culturais, naturalmente, que os grupos ou culturas onde essa relação se exerce, podemos afirmar que são culturas subordinadas. Uma cultura subordinada é a que está historicamente na defensiva e é uma expressão da vivência das relações de poder

^{ix} Veja-se a propósito desta questão SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). (2004). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais, Porto, Edições Afrontamento, pp. 44-50

^x Campo semântico é um conjunto de significados que representam uma relação complexa. Para citar, verbalmente as palavras de Mário Chagas, “*é um como um fruto onde é difícil observar o caroço e difícil saber onde termina a parte carnuda*”.

^{xi} Elaborado a partir de MIDDLETON, Davis e BRWON, (2006). “A Psicologia Social da Experiência” in Pro-posições, volume 17, n 2 – Maio/Agosto, pp. 71-97

^{xii} SANTOS, Boaventura de Sousa. (1978). “Da Sociologia da Ciência à Política Científica” in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 1, Coimbra, pp. 11-56

^{xiii} Esta metodologia foi desenvolvida por Michel Croizier (1922). Sociólogo das Organizações, que com base na análise estratégica das organizações fundamentou os princípios dos bloqueamento da inovação (a adaptação à mudança) nas organizações pelo desenvolvimento das suas estruturas internas, envolvidas nos jogos de poder.

^{xiv} Do inglês *Comprehensive* no sentido de compreensivo, polivalente. No âmbito da Ciências da Educação, a polémica entre o ensino extensivo e compreensivo marca as diferenças de abordagem paradigmáticas. Às primeiras políticas públicas, de um ensino extensivo, marcado pela sua universalidade e igualdade, que caracterizou as matrizes eurocêntrica, com base na programação de redes, na formação dos agentes, e centralização dos currículos; sucede-se o ensino voltado para os problemas da comunidade, centrados nos alunos e recorrendo a equipamentos diversificados. Na educação compreensiva a acção educativa centra-se nos processos ao invés da centramento nos resultados que caracterizam o sistema extensivo

^{xv} Um processo é um fenómeno mais complexo do que um projecto. No caso, como vimos o processo museológico expressa a relação entre o facto museológico com o fenómeno museológico. O processo torna-se portanto um objecto de conhecimento complexo. O processo museológico assume-se como o espaço onde acontece ciência. É um espaço e um tempo onde se reflecte sobre a prática da ciência, onde se cria a ciência e onde se devolve a ciência à comunidade. O processo museológico é um processo dialógico: É feito com a participação da comunidade numa permanente negociação e compromisso com a prática. O projecto é uma redução dessa problemática, voltada sempre para a acção, procurando resolver, ou condicionar problemas gerados pelas relações causais. Neste caso um processo museológico incorpora vários projectos. Neste caso, para efeitos de explicitação metodológica vamos simplificar e assumir o processo museológico como um projecto

^{xvi} Diagnóstico prospectivo é uma actividade do planeamento estratégico que tem por base a ideia de “pensar o presente a partir do futuro”. A partir duma “visão”, dum “campo de possibilidades” ou duma “vontade de futuro” efectua-se uma análise das condições do presente, numa busca das suas dinâmicas de transformação, procurando isolar os factores de bloqueio e valorizar os elementos passíveis de estruturar a mudança.

^{xvii} DURKHEIM, Émile, (1987), As regras do método sociológico, Lisboa, Editorial Presença, 165 páginas

^{xviii} WEBER, Max (1965) Sobre a Teoria das Ciências Sociais, Presença, 192 páginas

^{xix} HABERMAS, Jürgen (1987) Ciência e Técnica como Ideologia, Lisboa, Edições 70, 149 páginas

^{xx} Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997). Educador. Destaca-se nos inícios dos anos 60 na sua acção pela Educação Popular no Brasil. O seu pensamento, sobre os processos de educação de adultos deu origem ao movimento da Pedagogia Crítica. Para esta corrente, a pedagogia é um processo de consciencialização que conduz à liberdade do indivíduo. Em 1964, com o golpe militar que deu origem ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) Paulo Freire é perseguido e encarcerado. Forçado ao exílio dedica-se à divulgação do seu pensamento

^{xxi} FREIRE, Paulo (1970). Pedagogia do Oprimido, São Paulo, Paz na Terra, 107 páginas, (1972) A Pedagogia do Oprimido, Porto, Afrontamento, 264 pag., e (1977). Acção Cultural para a Libertação, Lisboa, Moraes, 209 páginas.

^{xxii} CHAGAS, Mário (2009). A Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/IBRAM, pp. 32-61

-
- ^{xxiii} FREIRE, Paulo (1975). Educação Política e Conscientização, Lisboa, Sá da Costa, página 9.
- ^{xxiv} Opcit pagina 18
- ^{xxv} Op cit, pagina 27
- ^{xxvi} Opcit pagina 30
- ^{xxvii} Opcit , página 37
- ^{xxviii} Vejam-se os Documentos Fundamentais in PRIMO, Judite Santos (1999) Museologia e Patrimónios – Documentos Fundamentais, Cadernos de Sociomuseologia, nº 15, Lisboa, ULHT
- ^{xxix} Freire, Paulo, Educação Política e Conscientização, Lisboa, Sá da Costa, pagina 37
- ^{xxx} A leitura efectuada substitui o termo educação e educador por museologia crítica e museólogo
- ^{xxxi} Opcit, 76 Opcit, 76
- ^{xxxii} Op cit pagina 95
- ^{xxxiii} O grupo onde testamos o método era constituído por jovens, com idades compreendidas entre o 3 e os 15 anos, residentes no Bairro do Museu, na ilha de Moçambique. Esse grupo foi constituído por iniciativa duma animadora da UNESCO, Margarida Batalha, que ao longo de 6 meses, tinha efectuado vários trabalhos de animação na ilha e no campo de refugiados de Nampula. Na nossa viagem, ao visitarmos o museu, contactamos com os animadores que prosseguiam as actividades com o grupo, a quem propusemos a realização do nosso teste, como componente da sua actividade. A actividade foi moderada por Vasco e pela Carolina, tendo nós ficado como observadores do processo.
- ^{xxxiv} Se utilizarmos a gramática generativa “sintagmas oracionais”